

CAMPANHA SALARIAL

Amanhã tem negociação com o Cruesp

Assembleia geral acontece na sexta, 12h, no CB, para avaliar negociação

Acontece amanhã (11) a primeira reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp, em São Paulo. O Fórum já encaminhou a Pauta de Reivindicações Unificada ao Cruesp reivindicando as perdas de 2016 até abril de 2017. Isso significa um índice de cerca de 10,5%. Apesar das medidas e do discurso do ajuste não podemos aceitar que nossos salários sejam arrojados.

Arrecadação - Os dados da arrecadação do ICMS efetivada até o dia 8 de maio dão conta de um crescimento da arrecadação de 9,40% no mês de abril. Considerando que o mês teve vários feriados é possível que haja crescimento ainda maior no mês de maio. Portanto, não adianta o Cruesp ir a

reunião só com o discurso da crise, é preciso que os reitores apresentem proposta de reajustes para que os salários dos trabalhadores não sejam corroídos pela inflação.

Assembleia geral será na próxima sexta (12)

A diretoria do STU convoca os servidores para participarem de assembleia geral que será realizada na sexta-feira (12), às 12 horas, no Ciclo Básico. Em pauta a avaliação do resultado da reunião de negociação com o Cruesp; a marcha a Brasília que será realizada no dia 24/5; a decisão do TCE sobre as contratações de 2010/2011; e a definição da Pauta Específica a ser protocolada junto à reitoria. Participe!

AGENDA DA LUTA

10/5 (hoje)

9h - Abertura da SIPAT Unicamp 2017, no Centro de Convenções.

11/5 (quinta-feira)

16h - Reunião de negociação do Fórum das Seis com o Cruesp, em São Paulo.

12/5 (sexta-feira)

12h - Assembleia geral dos trabalhadores da Unicamp, no Ciclo Básico.

15/5 (segunda-feira)

14h - Audiência pública na Alesp: "Financiamento da Unesp, Unicamp e USP - Garantia da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão de três das melhores universidades do país". Quem tiver interesse em participar da caravana para a audiência deve entrar em contato com a secretaria do STU.

18/5 (quinta-feira)

12h - Assembleia geral orçamentária, local a confirmar.

20 e 21/5

Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, em Brasília.

22/5 (segunda-feira)

12h - Assembleia geral para eleição dos delegados à plenária da Fasubra (26 e 27/5). Encontro Nacional dos Hospitais Universitários, em Brasília.

24/5 (quarta-feira)

Ocupa Brasília - Marcha Nacional contra as reformas da Previdência e Trabalhista.

25/5 (quinta-feira)

Caravana dos aposentados para Audiência Pública sobre Auxílio Alimentação, na Alesp.

NENHUM DIREITO A MENOS

Centrais sindicais realizarão o Ocupa Brasília no dia 24 maio

Na última quinta-feira (4), as centrais sindicais brasileiras e representantes das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo se reuniram para avaliar a Greve Geral do dia 28 de abril e tirar decisões para as próximas mobilizações contra o desmonte da Previdência social, dos Direitos trabalhistas e das Organizações sindicais de trabalhadores.

Ficou decidido que haverá uma comitiva permanente de dirigentes sindicais no Congresso Nacional para pressionar deputados e senadores a votarem contra a retirada de direitos e no dia 24/5 acontece a Marcha para Brasília e a ocupa-

ção de Brasília na ocasião da votação da reforma da previdência na Câmara dos Deputados.

A diretoria do STU acredita que é de extrema importância a participação nesta luta, pois o que está em jogo são os direitos de todos os trabalhadores. As "reformas" do governo ilegítimo de Michel Temer querem retirar inúmeros direitos trabalhistas, dificultar enormemente a aposentadoria e sucatear ainda mais a condição de vida dos que dependem de salário. O calendário de mobilização está na pauta da assembleia geral que será realizada na próxima sexta (12).

STU acerta agenda de negociações com a reitoria

A direção do sindicato se reuniu nesta segunda-feira (8) com o novo reitor, Marcelo Knobel. O objetivo da reunião foi reapresentar a pauta específica já protocolada em duas oportunidades e cobrar os pontos não atendidos. Pela nova gestão estavam presentes, além do reitor, a coordenadora geral da Universidade, Tereza Dib Atvars, o chefe de gabinete, professor Joaquim Murray Bustorff Silva, e a chefe de gabinete adjunta, professora Shirlei Maria Recco Pimentel. Foi reiterado que nos próximos dias deve ser realizada uma nova assembleia para atualização das demandas. E ficou estabelecido que será planejada em diálogo com o professor Joaquim uma agenda de discussão de todos os pontos apresentados, a fim de assegurar respostas à categoria.

O sindicato também cobrou que as reuniões sejam transmitidas pela RTV Unicamp e que sejam realizadas em horário que permita a categoria acompanhar.

Entre os temas em discussão vão estar: isonomia, carreira, reajuste dos benefícios, demandas relativas à DEDIC, a pauta da Área da Saúde, entre outros pontos. Especificamente sobre a área de saúde, a Tereza Dib informou que foi recentemente criada uma diretoria executiva da área (CECOM, Caism, FCM, FOP, HC, Hemocentro e Gastrocentro) para que todas as questões sejam tratadas de maneira global junto aos governos municipal, estadual e federal para reverter o subfinanciamento existente, e com a perspectiva de avançar também na solução das questões administrativas e de demanda funcional.

Isonomia - Em relação à isonomia foi frisado pela diretoria que o compromisso assumido pela gestão anterior com a efetivação da retomada da isonomia salarial com a USP é visto pela categoria como um compromisso institucional.

Ajuste fiscal - Os trabalhadores cobraram que essa discussão seja feita de forma democrática, o que não ocorreu, e com base na transparência de todos os dados orçamentários. Foram questionadas em particular as últimas resoluções da reitoria (GR 25 e 26/2017) que aprofundam a proibição de concursos, mobilidade na carreira e outros ataques.

Segundo o reitor, a medida teria sido necessária porque não estão consolidados os compromissos administrativos a serem cumpridos e suas ordens de prioridades. Então a nova gestão afirma que decidiu fazer contingenciamento até a segunda revisão orçamentária desta administração. O STU reforçou o problema das decisões tomadas sem debate com a comunidade



Leon Cunha

de universitária, e continuará acompanhando se haverá mudança de postura após o mês de agosto (quando acontece a segunda revisão orçamentária anual na Universidade).

Mudança de regime - A direção do sindicato questionou o que a nova administração pretende fazer em relação à ação judicial em curso no Supremo Tribunal Federal, que afeta cerca de dois mil servidores.

O reitor informou que a administração pretende criar um grupo de acompanhamento permanente da ação, com participação da DGRH, da Procuradoria Geral da Universidade e servidores envolvidos no processo. Além disso, informou que a reitoria também esteve com o ministro Celso de Mello, após a o STU e a Fsubra estarem com o ministro do STF, e que pretende acompanhar pessoalmente o caso.

Segurança - Foi apresentada uma cobrança pautada no posicionamento do sindicato contra o aprofundamento da terceirização no país a partir da aprovação da Lei 13.429/2017. Recentemente houve enxugamento da vigilância terceirizada nas portarias da Universidade e foi ressaltado que uma servidora do Caism chegou a sofrer um sequestro-relâmpago recentemente, tendo sido deixada na Rodovia Dom Pedro.

A coordenadora da Universidade, Tereza Dib Atvars, manifestou que estão sendo avaliados os resultados do novo sistema implantado no final da gestão passada (baseado em monitoramento por câmeras) e serão levantadas as informações sobre a situação dos profissionais que atuavam nas portarias. Também foi cobrado pelo sindicato que sejam levantados e publicados os indicadores de segurança da Unicamp, ao que a vice-reitora se comprometeu a fazer mantendo os critérios de segurança da comunidade universitária.

Duplas matrículas - Foi cobrado o documento formal de extinção deste dispositivo e o reitor informou que como ele foi criado por ato administrativo, sem resolução ou portaria, foi encerrado o seu

pagamento também por ato administrativo. Segundo o reitor, nenhum dirigente da Unicamp recebe mais a dupla matrícula e não haverá rescisão, mecanismos compensatórios ou quaisquer outros dispositivos que recoloquem o pagamento extra e acima do teto.

Situação do país e ataques a direitos

- A direção do sindicato também colocou na mesa a necessidade da Universidade se manifestar sobre o difícil cenário que o país enfrenta do ponto de vista dos ataques do governo golpista de Michel Temer aos direitos dos trabalhadores. Foram destacados o congelamento do orçamento social pelos próximos 20 anos, a aprovação da lei que amplia a terceirização para todas as atividades econômicas e as reformas da Previdência e trabalhista.

Questionamentos do TCE - A direção do sindicato cobrou também explicações sobre recente decisão do Tribunal de Contas do Estado questionando as contratações de funcionários dos anos 2010 e 2011.

Tereza Dib Atvars esclareceu que este vem sendo um sistemático questionamento do TCE, há anos, ao qual sempre é respondido que a Universidade não cria cargos, mas provê funções autárquicas.

O problema só terá solução definitiva quando o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa projeto de lei regulamentando a criação de cargos nas universidades estaduais paulistas. A nova administração, no entanto, não estava a par do questionamento específico e comprometeu-se a verificar que medidas estão sendo tomadas para evitar prejuízos a servidores. O STU solicitou que seja verificado o andamento, bem como seja encaminhado ao STU cópia do projeto.

A diretoria do STU deliberou que sua assessoria jurídica acompanhe de perto todas essas movimentações e encaminhou que este tema será ponto de pauta da próxima assembleia que será realizada no dia 12/5.

Confira no site do STU o documento com o histórico desta situação preparado pela direção do sindicato. (www.stu.org.br)